

Reajuste da PM mais perto

Fernando Henrique reafirma apoio e Roriz discute detalhes técnicos com ministro

ANÚNCIO DO
VALOR DO
REPASSE
DEVERÁ SER
FEITO ATÉ
SEXTA-FEIRA

ELIANE MACHADO

O pagamento da gratificação por risco de vida para os policiais militares é assunto quase resolvido, informou ontem o governador Joaquim Roriz, acrescentando que o anúncio deverá ser feito quando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, retornar de sua viagem a Praga, na República Checa. "Ainda na semana que vem, no mais tardar até sexta-feira, teremos uma definição", disse Roriz. Ele não escondia a alegria ao sair da reunião com o ministro de Orçamento e Gestão, Martus Tavares, com quem foi tratar dos detalhes técnicos finais para a liberação dos recursos. E explicou que o problema só não foi resolvido ontem mesmo por causa da ausência do ministro da Fazenda, pois não há como concluir os entendimentos sem a presença dele.

Segundo o governador, o presidente Fernando Henrique Cardoso disse que o apóia incondicionalmente para resolver o impasse. "Percebi pelas palavras e gestos do presidente Fernando Henrique sua vontade de solucionar o problema da polícia." Roriz contou que conversou com o Presidente antes da reunião com o ministro Tavares. "O importante é que eles (Fernando Henrique e Martus Tavares) estão de acordo, e assim que o Malan chegar teremos outro encontro para saber quanto será destinado à PM e quando esses recursos estarão liberados", disse. A reunião contou ainda com a presença do senador José Roberto Arruda (PSDB) e do secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira.

Depois de evitar citar um valor preciso a ser repassado aos policiais e também aos bombeiros militares, o governador disse que a quantia ficará entre R\$ 400 e R\$ 600, de acordo com as reivindicações. Ressaltou que a decisão final caberá à área econômica do governo federal, embora o GDF vá lutar pelo valor mais alto possível.

Essa definição dependerá também das mudanças que serão feitas no Orçamento da União, que já foi enviado ao Congresso Nacional e ainda vai ser votado. De acordo com Roriz, o fato de o presidente se dispor a analisar uma solicitação do governo do DF já significa "um sucesso extraordinário".

O senador José Roberto Arruda (PSDB), que acompanhou as quase dez reuniões realizadas entre representantes dos governos do DF e federal, afirmou que esse encontro foi o mais importante desde o início das negociações. E acrescentou que, embora seja normal enfrentar dificuldades quando se pede dinheiro, os argumentos levados pelo governador e pelo secretário de Fazenda e Planejamento foram importantes para que o desfecho seja favorável.

A busca de solução para a questão da segurança pública no DF serviu para uma aproximação política entre Arruda e Roriz, que reconheceu o empenho do senador: "O líder do governo no Senado esteve trabalhando na obtenção de recursos para a PM do DF, o que trará maior garantia de segurança para a população".

Na opinião de Arruda, "as questões político-partidárias ficam em segundo plano quando se trata dos interesses de Brasília". Por isso, disse, "tenho ajudado o governador sempre que solicitado". O senador lembrou que "dificuldades sempre existem, mas elas podem ser ultrapassadas". E voltou a afirmar que a segurança pública é o problema mais sério que o País enfrenta hoje.



RORIZ, entre o senador Roberto Arruda e o ministro Martus Tavares, só aguarda definição de Malan para anunciar a gratificação

'Comunidade voltará a ter paz'

O governador Joaquim Roriz reafirmou que a prioridade de seu governo é a segurança e que vai se empenhar ao máximo para garantir esse bem para a população. Ele diz que o pagamento da gratificação por risco de vida que será concedida aos policiais militares significa mais que um simples reajuste salarial: "Vai fortalecer o Programa Segurança em Ação, resgatando a paz e tranquilidade da comunidade".

Roriz disse estar seguro de que o pagamento motivará a PM no combate à violência na cidade. A opinião é compartilhada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB). "Estou convencido de que, com uma polícia mais bem organizada e remunerada, a segurança pública de Brasília melhora", disse o senador.

Roriz afirmou que os ní-

veis de violência no Distrito Federal estão bem mais baixos do que antes, embora não tenham chegado ao patamar almejado. E disse acreditar nesta tendência de queda da criminalidade, pois, conforme acrescentou, os problemas não são resolvidos em 24 horas.

O governador reconheceu que uma Polícia Militar equipada é o instrumento que ele tem para combater a violência no DF, ressaltando que são necessários recursos para reequipá-la adequadamente. E que, para o policial trabalhar diuturnamente, precisa receber remuneração justa, que dê segurança à família dele.

Roriz lembrou que o assassinato do procurador Marco Túlio Pelosi, ocorrido nos primeiros minutos de quinta-feira, poderia ter sido

evitado se houvesse um Batalhão de Polícia Montada (BPM) no Parque da Cidade, onde o funcionário da Procuradoria Criminal do Banco Central foi abordado por assaltantes. "Estamos lutando para trazer o BPM para dentro do parque a fim de evitar que situações como esta se repitam", garantiu, acrescentando que a construção das baias para os cavalos precisa ser concluída. Esta questão, disse, está sendo rediscutida. "E será resolvida".

Questionado sobre a morosidade na tramitação do inquérito nas Polícias Civil e Militar sobre a invasão da Delegacia em Samambaia por policiais militares, o governador disse ter pedido urgência nas investigações, desde que isso não prejudique a qualidade dos trabalhos. Ele explicou

que os inquéritos podem ser demorados, pela necessidade de checagem de todos os detalhes. "Eles não podem errar." Por isso, pediu um pouco de paciência à população.

Na quinta-feira, o responsável pelo Inquérito da Polícia Militar, que já tem mais de 200 páginas, ouviu quatro policiais civis. Na Corregedoria da Polícia Civil, foram ouvidos três policiais militares. Ontem, o IPM ouviu outras quatro pessoas.

Roriz assegurou que o caso será apurado, como todos os outros que ocorreram em sua gestão. E lembrou o caso da Novacap, em que o inquérito policial demorou para apontar o responsável, que foi preso e está sendo julgado. "Mais uma vez vamos apurar as responsabilidades e punir os culpados", afirmou. (E.M.)

RENATO COSTA